INTERESSADO: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté
ASSUNTO: Curso de Estudos Sociais - Resolução CFE-nº 8/72 - Pedido de Autorização de funcionamento.

RELATOR: Conselheiro Alpínolo Lopes Casali

PARECER Nº 3191/74, CTG; Aprov. em 17/12/74

I - RELATÓRIO

1. Histórico: Por meio de ofício protocolado em 30 de julho de 1973, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté submeteu à aprovação do Conselho Estadual de Educação o pedido de funcionamento do Curso de Estudos Sociais de que tratam o Parecer CFE-nº 554/72 e a Resolução - CFE-nº 8/72. Por deliberação, que aprovou o Parecer CEE-nº 2697/73, em sessão realizada em data de 6 de dezembro de 1973, o Conselho Estadual de Educação, em vista da Indicação CEE-nº 34/71, autorizou apenas a instalação do Curso e da modalidade Educação Moral e Cívica. O funcionamento ficaria na dependência específica.

Em janeiro de 1974, a Faculdade voltou ao Conselho com o pedido de autorização de funcionamento.

Fomos o Relator da matéria a que se refere o Parecer CEE-nº 2667/73; por isso, os autos do protocolado nos foram encaminhados pelo Protocolo Geral do Conselho em data de 9 de maio de 1974.

O funcionamento do novo Curso implicava obviamente a alteração do Regimento da Faculdade. Ao invés de uma simples alteração regimental, a Faculdade preferiu fazê-la profundamente, inclusive para adaptá-lo às disposições, que se lhe aplicavam, do estatuto da Federação de Faculdades de Taubaté, à qual se integra. O exame da alteração regimental deu origem à realização de diligência.

Além do mais, a Faculdade indicou vários professores para ministrar aulas do novo Curso. Cada qual com o seu protocolado e com o seu Parecer. Muitos deles foram convertidos em diligência.

Este voto foi minutado há meses no que concerne à matéria pacífica, enquanto a sua complementação ficou aguardando a conclusão dos casos referente ao Regimento e professores.

Essa explicação é de capital importância para o Relator. A demora da apresentação deste Voto independeu de sua vontade.

Embora, a rigor, desnecessário, o Relator pondera que, neste documento, examinará, apreciará e votará tão-so matéria não aprovada por ocasião da autorização de instalação.

Ao fazê-lo, tomará por norma a Deliberação CEE-nº 20/65.

É de que será cuidado, a seguir.

2. Fundamentação:

I - Art. 5º, I - A Faculdade e a lei

Requisito já atendido.

II - Art. 5º, II - Indicação do curso e seu currículo

A Faculdade quer o funcionamento do Curso de Estudos Sociais e da modalidade Educação Moral e Cívica, sujeitos à Resolução CFE-nº 8/72, calçada no Parecer CEE-nº 554/72, da lavra do nobre Conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza, integrante não só do Conselho Federal de Educação como também deste Colegiado, que o prestigia com o seu trabalho de escola.

É exato que, à fl. 2, a Faculdade requereu a instalação e funcionamento "dos cursos de Estudos Sociais e de Educação Moral e Cívica com base no aproveitamento do Curso de História já existente".

Entretanto, à fl. 16, emendando a assertiva, frisou taxativamente: "A instalação, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté do Curso de Estudos Sociais e de sua habilitação em Educação Moral e Cívica, nos termos do Parecer CFE-nº 554/72, permitirá, de um lado, a habilitação de professores formados no espírito da reforma preconizada pela Lei nº 5.692, de 1971, e, do outro lado, permitirá a volta de seus licenciados em História e Pedagogia, que vêm lecionando Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica, para completarem seus estudos, e, conseqüentemente, capacitarem-se para uma adequação efetiva ao novo ensino de 1º e 2º graus."

Assim, ficou elucidado que a Faculdade não pretendia o Curso nos termos a que se refere o artigo 5º, § 2º, da Resolução CFE-nº 8/72. Tanto que se dirigiu ao Conselho Estadual de Educação, requerendo autorização de funcionamento.

Por conseguinte, o Curso pretendido e o Curso de Estudos Sociais, licenciatura curta, e a modalidade Educação Moral e cívica, licenciatura plena, como ficou estabelecido no Parecer CEE-nº 2667/73.

O Curso de Estudos Sociais, licenciatura curta, e a modalidade Educação Moral e Cívica, licenciatura plena, estão disciplinados, como já ficou dito, no Parecer CFE- nº 554/72 e Resolução CFE-nº 8/72.

A respeito da composição curricular da licenciatura curta e da licenciatura plena, o Relator prefere, para economia de tempo, relacionar as
----- âmbito nacional, grifando
destaque, e, logo abaixo de cada, indicar as disciplinas delas resultantes, seguindo-se o elenco das disciplinas complementares. Assim conhecer-se-á o currículo pleno adota-

do pela Faculdade.

a) Curso de Estudos Sociais, licenciatura curta (fls.9 e 587):

1- História: incluindo Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea e do Brasil

- 1- História Antiga
- 2- História Medieval
- 3- História Moderna
- 4- História Contemporânea
- 5- História do Brasil

2- Geografia: incluindo elementos de Geografia Física, de Geografia Humana e de Geografia do Brasil

- 1- Geografia Física
- 2- Geografia Humana
- 3- Geografia do Brasil

3- Fundamentos de Ciências Sociais: incluindo estudo da realidade social, sobretudo em seus aspectos sociológicos, antropológico - culturais

Fundamentos de Ciências Sociais

4- Filosofia: incluindo Problemas Fundamentais e relações com a Ética Geral e Ética Especial e com a Religião.

Filosofia

5- Teoria Geral do Estado: incluindo elementos da ciência política. Formas de Estado e de Governo. Os regimes políticos. As Constituições. O caso brasileiro

Teoria Geral do Estado

6- Organização Social e Política do Brasil

Idem

7- Estudo de Problemas Brasileiros

8- Educação Física

Formação pedagógica (Parecer-CFE nº 672/69 e Resolução-CFE nº 9/69):

9- Psicologia da Educação (focalizando, pelo menos, os aspectos da Adolescência e Aprendizagem)

Psicologia da Educação (Adolescência e Aprendizagem)

10- Didática

Didática Geral

11- Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau

Idem

12- Prática de Ensino, sob a forma de estágio supervisionado

Prática de Ensino

Disciplinas complementares

- 1- Introdução aos Estudos Históricos
- 2- Geografia Econômica

Modalidade Educação Moral e Cívica, licenciatura plena (fls.587):

1- História Social, Política e Econômica Geral e do Brasil, com ênfase para História do Brasil. Aprofundamento na Teoria da História e na Organização Social e Político do Brasil

- 1- História Geral e do Brasil
- 2- História Política Geral e do Brasil
- 3- História Econômica Geral e do Brasil

2- Geografia Física e Humana, Geral e do Brasil, com ênfase para a Geografia do Brasil

- 1- Geografia Física Geral e do Brasil
- 2- Geografia Humana Geral e do Brasil

3- Sociologia: incluindo Teoria Social. Estudo da realidade social brasileira em seus aspectos sociológicos e antropológico -culturais
Sociologia

4- Filosofia: incluindo Sistemas Filosóficos, Metafísica (ser e valor), Ética

Idem

5- Política: incluindo fundamentos e princípios de Ciência Política. Formas de Estado. Formas de Governo. O Estado e o Direito. Teoria e Organização do Estado Moderno. Diretrizes e regimes políticos. Relação Internacional

Política

6- Cultura Brasileira. As instituições brasileiras: sua origem, suas características, suas transformações, valores e aspirações de nacionalidade. Manifestações culturais do passado e do presente

Cultura Brasileira (fl.114)

7- Geopolítica do Brasil: o estudo das relações território-política. A projeção internacional do Brasil e os problemas de segurança continental e mundial. Geopolítica e geoestratégia. Áreas internacionais de entendimento e atrito. Modalidades de guerras modernas (quente, fria e revolucionária). O Brasil na defesa do Ocidente

Geopolítica Brasileira (à fl. 587) ou Geopolítica do Brasil (às fls.9 e 117).

8- Constituições Brasileiras: a teoria das Constituições. Constituições Brasileiras: tipos, princípios inspiradores, classificações formais, estrutura de contexto, os poderes governamentais, outros aspectos

Constituições Brasileiras

9- Introdução à Economia: área de incidência da Ciência Econô-

mica e nomenclatura específica. Elementos de História Econômica, de Política Econômica, de Sistemas Econômicos e de Teoria Econômica (leis e princípios).

Introdução à Economia

10 - Estudo de Problemas Brasileiros: análise da realidade brasileira nos seus aspectos políticos, administrativos, econômicos, militares e psicossociais

Estudo de Problemas Brasileiros, fls.9 e 114

Matéria da escolha da Faculdade (Art. 3º, "b", Res.CFE-nº 8/72)

11 - História do Pensamento Político e das Doutrinas Sociais

Idem

12 - Educação Física

Formação Pedagógica (Parecer CFE-nº 672/69 e Resolução CFE-nº 9/69)

13 - Psicologia da Educação (focalizando pelo menos os aspectos da Adolescência e da Aprendizagem)

Psicologia Educacional

14 - Didática

Didática Geral

15 - Prática de Ensino (Estágio Supervisionado)

Prática de Ensino

Disciplinas complementares

1 - Introdução aos Estudos Históricos

2 - Geografia Econômica

Até onde a Faculdade explicitou as matérias em disciplinas, em atenção às normas previstas no Parecer CFC-nº 85/70?

A resposta seria possível tão-só em vista dos programas de cada disciplina.

Concluir-se que essa verificação caberá oportunamente ao serviço de fiscalização, a cargo da Coordenadoria do Ensino Superior.

A duração das licenciaturas.

A Resolução CFE-nº 8/72, alicerçada no Parecer CFE-nº 554/72, diz, no artigo 4º, que a licenciatura de 1º grau de Estudos Sociais terá a carga horária mínima de 1.200 horas de atividades, integralizáveis em um ano e meio, pelo menos, e quatro anos letivos, no máximo.

E, no artigo 5º, declara que a modalidade Educação Moral e Cívica terá a carga horária mínima de 2.200 horas de atividades, com integralização a fazer-se, no mínimo, em três anos e, no máximo em sete anos letivos.

Ocorre, no entanto, que o Conselho Estadual de Educação, pela Deliberação CEE-nº 3/74, elevou, no sistema estadual de ensino, a carga horária e a duração mínimas dos cursos que menciona. Entre eles, figura o Curso de Estudos Sociais.

Mais ainda. Quando 50% ou mais da carga horária tiver de ser cumprida em período noturno, quer no regime de seriação anual ou de inscrição por matrícula, a duração será acrescida de um semestre letivo.

Acrescente-se mais.

Conforme dispõe a Deliberação CEE-nº 3/74, a carga horária destinada a Estudo de Problemas Brasileiros e à Educação Física não será deduzida do tempo útil total global, reservado às demais disciplinas.

Exercício do magistério

Ainda, de acordo com a Resolução CFE-nº 8/72, os licenciados no Curso de Estudos Sociais, licenciatura curta, poderão lecionar Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil na escola de ensino de 1º grau.

Enquanto os licenciados na modalidade Educação Moral e Cívica poderão lecionar Educação Moral e Cívica na escola de ensino de 1º e 2º graus.

O protocolado do Regimento seria o lugar adequado para se cuidar da carga horária e duração do Curso e da modalidade Educação Moral e Cívica.

Nos presentes autos há, porém, elementos a respeito do assunto. O Curso de Estudos Sociais, com a duração de três anos letivos, terá a carga horária de 2.225 horas/aula, e a modalidade Educação Moral e Cívica terá 2.885 horas/aula, integralizáveis em 4 anos letivos.

A referência a aproveitamento de estudos, feita pela Faculdade, à fl. 589, é sem propósito nestes autos: trata-se de matéria regimental (Lei nº 5.540, de 1968, art. 23, § 2º).

Em princípio, é bem de ver que a Faculdade atendeu ao disposto na Resolução CFE-nº 8/72, quanto à montagem do currículo pleno do curso e da modalidade. Deverá obedecer à Deliberação CEE-nº 3/74, no que couber.

III - Art. 5º, III - Prédios e o novo curso

A matéria examinada por ocasião da autorização de instalação, foi objeto de exame nos autos do Protocolado nº 1885/73, referente ao pedido de reconhecimento do Curso de Ciências Biológicas.

Sucintamente, registra-se que a Faculdade dispõe de dois prédios com frente para a rua Visconde de Rio Branco. Um deles, com dois pavimentos.

No térreo, há dez salas de aulas e uma outra para biblioteca. E no superior, onze salas (fl. 48).

Não há indicação de suas respectivas áreas. Segundo as metragens, mencionadas apenas em algumas salas, as menores devem ter, pelo menos, a área de 50 metros quadrados.

O outro prédio é pequeno; sua área construída é de 91 metros quadrados (fl. 526).

A prova real de que o prédio maior comportara as classes, que vierem a ser constituídas com o Curso de Estudos Sociais e modalidade Educação Moral e Cívica, seria o horário de todas as classes dos cursos. Essa prova, no entanto, não foi exibida. A ausência de prova influenciará a apreciação do pedido de vagas.

IV - Art. 5º, IV - Capacidade financeira da Faculdade

O Parecer CFE-nº 2697/73, concluiu que a Faculdade dispunha de capacidade financeira para instalar e manter o Curso de Estudos Sociais e a modalidade Educação Moral e Cívica. O seu Relator solicitou, porém, que fosse exibido documento comprobatório da existência de superavit acusado nos exercícios mencionados no requerimento inicial. O documento, assinado por contabilista, foi apensado (fl. 594/598).

V - Art. 5º, V - O Regimento e o novo curso

O Relator, no histórico, já se referiu ao Regimento.

A Faculdade exibiu novo texto do documento, o terceiro, procurando afeizôá-lo ao estatuto da Federação de Faculdades de Taubaté, da qual é federada.

No entanto, o mesmo ainda é passível de restrições.

No caso, o novo Regimento não se vincula obrigatoriamente à matéria deste protocolado, ou seja, à autorização de funcionamento do Curso de Estudos Sociais e modalidade Educação Moral e Cívica.

O atual Regimento, que disciplina o funcionamento dos vários cursos ministrados pela Faculdade, poderá ser adotado para o efeito de autorização. Quando do funcionamento, o novo Regimento deverá estar aprovado por este Conselho; do contrário o Curso, e a modalidade sujeitar-se-ão ao atual.

Milita em favor desta orientação o fato das demais Faculdades integrantes da Federação, estarem encaminhando ao Conselho os seus regimentos, também adaptados ao estatuto. Se os Regimentos devem diferenciar-se no que há de específico a cada estabelecimento de ensino, é exato, todavia, que devem apresentar-se idênticos ou semelhantes no que concerne à aplicação do que há de comum no estatuto da Federação. Tem-se, pois, como recomendável o confronto desses documentos e o melhor deles será o paradigma nos estudos do Conselho para o fim de aprovação.

Sendo assim, declara-se aplicável ao Curso de Estudos Sociais e modalidade Educação Moral e Cívica o Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté aprovado pelo Parecer CEE-nº 187/71.

Tem-se o requisito como satisfeito.

VI - Art. 5º, IV - O corpo docente do Curso de Estudos Sociais e modalidade Educação Moral e Cívica

Observada a ordem das disciplinas, enumeradas no item II deste Voto, são os seguintes os seus professores:

Disciplina	Professor	Proc.CEE
<u>1.0-História</u>		
1.1-História Antiga	Sônia Aparecida Siqueira	918/68
1.2-História Antiga	Vicência Geni A.B.de Araújo	421/71
1.3-História Moderna e História Contemporânea	Ariosto Giaquinto	939/68
1.4-História Medieval	Maria J.Vilela Santos	308/69
1.5-História do Brasil	Maria J.Vilela Santos	308/69
1.6-Introdução à História	José Simplicio	943/68
<u>2.0-Fundamentos. de Ciências Sociais</u>		
2.1-Idem	Vilma Berenice G.Vallada	934/68
<u>3.0-Teoria Geral do Estado</u>		
3.1-Idem	José Alves	1883/73
<u>4.0-Organização Social e Política do Brasil</u>		
4.1-Idem	José Carlos Sebe Bom Meihy	1881/73
<u>5.0-Estudo de Problemas Brasileiros</u>		
5.1-Idem	Joffre Alves Furquim	942/68
<u>6.0-Psicologia da Educação (focalizando, pelo menos, os aspectos da Adolescência e Aprendizagem)</u>		
6.1-Psicologia da Aprendizagem	Marília de Azeredo R.Badaró	626/72

Disciplina	Professor	Proc.CEE
<u>7.0-Didática</u>		
7.1-Didática Geral	Imídeo Giuseppe Nerici	936/68
<u>8.0-Estrutura e Funcionamento do Ensino do 2º Grau</u>		
8.1-Idem	Marilda Prado	1867/72
<u>9.0-Prática de Ensino</u>		
9.1-Idem	Imídeo Giuseppe Nerici	936/68
<u>10.0-Filosofia e História da Educação</u>		
10.1-Idem	Benedito A. Corrêa	921/68
<u>11.0-História Social, Política e Econômica Geral e do Brasil</u>		
11.1-Idem	Sonia Aparecida Siqueira	918/68
11.2-História Política Geral e do Brasil	Maria J.Vilela dos Santos	308/69
11.3-História do Pensamento Político e Doutrina Social	José Carlos S.B.Meihy	1881/73
11.4-História Econômica Geral e do Brasil	Sérgio S.Ivahy Badaró	1882/73
<u>12.0-Geografia Física e Humana Geral e do Brasil</u>		
12.1-Idem	Décio Matos Nogueira	940/68
12.2-Geografia Econômica	Joffre Alves Furquim	942/68
<u>13.0-Sociologia</u>		
13.1-Idem	Wilma Berenice G.Vallada	934/68
<u>14.0-Política</u>		
14.1-Política e Cultura Brasileira	Maria Suzana E.de Barros	922/68
<u>15.0-Filosofia</u>		
15.1-Idem	Benedito A. Corrêa	921/68
<u>16.0-Geopolítica do Brasil</u>		
16.1-Idem	Décio Matos Nogueira	940/68
<u>17.0-Constituições Brasileiras</u>		
17.1-Idem	José Alves	1883/73
<u>18.0-Introdução à Economia</u>		
18.1-Idem	José Roberto Monteiro	988/70
<u>19.0-Educação Física</u>		
19.1-Idem	Paulo Cicchi	458/71

Desses professores, alguns tem sua admissão já autorizada, a propósito de cursos em funcionamento, outros acabam de obter parecer favorável na Câmara do Ensino do Terceiro Grau nos seus respectivos protocolados.

VII - Art. 5º, VII - As condições materiais e culturais da região

Esse requisito foi atendido por ocasião da autorização de instalação. Vide Parecer CEE-nº 2697/73.

VIII - Art. 5º, VIII - O Curso de Estudos Sociais e modalidade Educação Moral e Cívica e o mercado de trabalho

No Parecer CEE-nº 2697/73, o requisito foi declarado como satisfeito. Nesta oportunidade, tendo em vista recente publicação da Secretaria da Educação ("DESN-4") sobre a população escolar nos estabelecimentos oficiais do Estado no 1º e 2º graus, o Relator traslada para este Voto os seguintes números relativos às escolas vinculadas à DESN de Taubaté em 1973:

<u>C l a s s e s</u>	<u>Matrículas</u>
672 - 1º grau	26,456
173 - 2º grau	6.646

IX - Art. 5º, IX - Orçamento da Faculdade

Eram de até 1973 os documentos apresentados pela Faculdade sobre o orçamento. Entretanto, nos autos do protocolado CEE-nº 1885/73, referente ao pedido de reconhecimento do Curso de Ciências Biológicas, a Faculdade ofereceu, por nossa solicitação, Relator que somos, documentação referente ao ano de 1974. A receita prevista e as despesas estimadas, no total de Cr\$. 5.335.592,00, aprovadas por decreto municipal, propiciam condições satisfatórias para que a Faculdade mantenha o Curso de Estudos Sociais e a modalidade Educação Moral e cívica, sem prejuízo dos outros cursos já autorizados.

A anuidade, como costumeiramente ocorre, nos isolados municipais, é o principal fator da sua receita. E a propósito, a população escolar da Faculdade, em 1973, por série e curso, é a seguinte:

1 - Pedagogia:	2 - Letras:
1º ano - 063	1º ano - 130
2º ano - 107	2º ano - 117
3º ano - 125	3º ano - 154
4º ano - 054 Total 349	4º ano - 142 Total 543
3 - História:	4 - Matemática:
1º ano - 019	1º ano - 141
2º ano - 049	2º ano - 076
3º ano - 037	3º ano - 083
4º ano - 024 Total 129	4º ano - 075 Total 375

5 - Física:	6 - Ciências (1º grau):
1º ano - 088	1º ano - 159
2º ano - 051	2º ano - 111
3º ano - 026	3º ano - 154 Total 424
4º ano - 021 Total 186	
7 - Ciências Biológicas:	
4º ano - 70 Total 70	Total Geral - 2.076

Tratam-se de matrículas no mês de julho de 1973 (fl. 447).

As anuidades cobradas pela Faculdade, em 1973 e 1974, aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação foram e são as seguintes:

		1973	1974
Letras, História e Pedagogia	Cr\$	1.530,00	Cr\$ 1.989,00
Ciências, Matemática e Física	Cr\$	1.980,00	Cr\$ 2.574,00
Ciências Biológicas	Cr\$	2.200,00	Cr\$ 2.860,00

Tem-se como satisfeito o quesito de que trata o inciso IX

X - Art. 5º, X - Anuidade a ser cobrada, remuneração do corpo docente e administrativo.

Anterior ao Decreto-lei nº 532, de 1969, o Conselho Estadual de Educação, por meio da Deliberação CEE-nº 20/65, pretendia exercer uma fiscalização, por antecipação, sobre o custo do ensino superior ministrado pelos isolados municipais. Após a vigência do Decreto-lei citado, a fiscalização passou a ser exercida, de conformidade com as normas que o mesmo preconiza. Assim, o objetivo do inciso X, primeira parte, se tornou prejudicado.

A anuidade a ser cobrada em 1975 será fixada, tão-só, no ano vindouro. Em vista do que se torna inaplicável à Faculdade o disposto na primeira parte do inciso X.

A exigência, a que se refere a parte final do inciso X, colima a colher elementos para a avaliação do padrão de administração adotado pelo isolado municipal, face aos seus recursos orçamentários. Implicamente objetiva evitar o aviltamento da remuneração dos professores empregados.

No caso em tela, a remuneração dos professores e pessoal administrativos tem os seus critérios fixados por decreto municipal.

São satisfatórios.

XI - Art. 5º, § 1º - Instalações, material didático, biblioteca; regularidade do funcionamento dos cursos existentes

As instalações e o material didático a serviço do Curso de Estudos Sociais e modalidade Educação Moral e Cívica serão comuns aos dos demais cursos na medida em que os alunos deles se servirem nos respectivos horários.

Estando esses outros cursos reconhecidos, exceção feita do Curso de Ciências Biológicas, milita em favor da Faculdade a presunção de que as instalações e material didático são condizentes com os objetivos dos cursos.

Biblioteca.

A Faculdade não exibiu uma relação dos títulos, com o respectivo número de ordem, com a sua distribuição por área de conhecimentos.

Uma trabalhosa verificação levou à conclusão de que o acervo de títulos é bom em algumas áreas, Matemática por exemplo, carente em outras, porém.

No orçamento de 1974, há verba para a aquisição de novos títulos e periódicos, estes praticamente inexistentes, embora tão necessários.

A regularidade do funcionamento dos cursos se expressa por meio da aprovação dos relatórios de concursos vestibulares e atividades anuais.

As omissões, retro assinaladas, não comprometem a assertiva de que se pode admitir como satisfeito o requisito. De modo especial, tendo presente que a Coordenadoria do Ensino Superior, por delegação do Conselho Estadual de Educação, está inaugurando novo regime de fiscalização.

XII - Número de vagas

Complementando o pedido inicial, a Faculdade, por requerimento de 19 de setembro de 1974, pediu sejam fixadas para o Curso de Estudos Sociais e modalidade Educação Moral e Cívica 200 vagas por série de cada um, distribuídas pelos períodos diurno e noturno.

O total será, pois, de 400 vagas.

A Faculdade não exibiu o documento necessário para demonstrar a viabilidade de sua pretensão. O documento, já se disse, seria o horário das aulas, por turno, de cada um dos cursos, com a indicação das salas ocupadas com os respectivos número e área.

Argumentos, porém.

Em 1973, existiam 2.076 alunos matriculados na data que figura no requerimento à fl. 2, ou seja, julho de 1973. Segundo a planta, existem vinte e uma salas entre os dois pavimentos do prédio. Distribuídos os alunos pelas salas, caberia em cada sala um número não superior a 100. Desconhece-se o número de alunos, em 1973, por turno. Admite-se que as matrículas, a noite, sejam superiores às do turno diurno. Não obstante, será impossível fixar-se uma média de matrícula por turno. Ante essa impossibilidade, distribuir-se-ão os alunos, pelos turnos, em partes iguais.

Segue-se que cada sala de aula seria ocupada por cinquenta alunos. As peças dos autos não esclarecem quantas são as salas com 50 e 100 metros quadrados. Todavia, em funcionamento o Curso de Estudos Sociais, com 200 alunos, e a modalidade Educação Moral e Cívica, com outros 200, a Faculdade teria de reservar a cada um, por turno, ou duas salas de, pelo menos, 50 m², ou uma com 100 m², no mínimo.

Isto apenas para o funcionamento inicial.

O que dizer em relação dos anos letivos vindouros?

Uma alternativa se apresenta ao Relator: ou realizar nova diligência ou deliberar com apoio nas presunções acima deduzidas. O Relator optou pela segunda solução.

para

Fixam-se as vagas em 100 por ano/cada uma daquelas licenciaturas, distribuídas pelos turnos, diurno e noturno, a critério da Faculdade.

XII - Voto do Relator

Em face do exposto e do que figura nos autos do protocolado, entende-se que o pedido da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté poderá ser deferido.

II - CONCLUSÃO

O Conselho Estadual de Educação autoriza o funcionamento do Curso de Estudos Sociais e modalidade Educação Moral e Cívica, de que trata a Resolução CFE-nº 8/72, resultante do Parecer CFE-nº 554/72, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Taubaté, observado o disposto no artigo 47 da Lei nº 5.540, de 1968, com a redação que lhe deu o Decreto-lei nº 842, de 1969. O número de vagas será de 100 por ano e licenciatura, distribuí-

das pelos turnos.

São Paulo, 18 de outubro de 1974.

a) Conselheiro Alpínolo Lopes Casali - Relator.

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau adota como seu parecer o voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Amélia Americano Domingues de Castro, Antonio Delorenzo Neto, Olavo Baptista Filho, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Paulo Nathanael Pereira de Souza e Wladimir Pereira.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1974.

a) Conselheiro Luiz Ferreira Martins - Presidente.

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara de Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos 17 de dezembro de 1974

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães - Presidente